

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	33
Capítulo I – Lei de Alimentos	35
Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968	
Art. 1º.....	35
1. Conteúdo do Direito de Alimentos	35
2. Rito especial da Lei de Alimentos	37
3. Desnecessidade de registro imediato para ações de alimentos....	38
4. Da concessão da justiça gratuita.....	38
5. Impugnação da justiça gratuita.....	39
6. Competência da ação de alimentos.....	40
7. Distribuição por dependência para Ações de Execução, Revisão e Exoneração de Alimentos	42
Art. 2º.....	43
1. Pedido de Alimentos sem representação de advogado	43
2. Produção inicial de documentos probatórios.....	45
Art. 3º.....	47
1. Do pedido inicial	47
Art. 4º.....	48
1. Da celeridade na determinação de verba de natureza alimentar....	49
2. Renda líquida de bens comuns	50
	19

Art. 5º	50
1. Rito especial da Ação de Alimentos	51
2. Formas de citação	51
3. Citação editalícia	52
4. Prestação de informações por parte do empregador/repartição pública em que trabalhe o devedor de alimentos.....	52
5. Composição do valor de salário para fins de fixação de pensão alimentícia – Base de Cálculo	52
Art. 6º	54
1. Realização de audiência mesmo sem a presença dos advogados	54
Art. 7º	55
1. Comparecimento à audiência das partes.....	55
Art. 8º	55
1. Necessidade da presença das testemunhas à audiência	55
Art. 9º	55
1. Contestação na ação de alimentos	56
2. Tentativa de conciliação e eventual instrução probatória.....	56
3. Da transação no direito de alimentos.....	56
Art. 10	57
1. Continuidade da audiência de alimentos	57
Art. 11	58
1. Produção de alegações.....	58
Art. 12	59
1. Intimação pessoal das partes.....	59
Art. 13	59
1. Aplicação da lei de alimentos.....	59
2. Ampliação, redução e exoneração da pensão alimentícia	60
3. Alimentos devidos desde a citação e não desde a propositura da ação	62

4. Alimentos provisórios e dignidade humana	64
5. Exigência de contraditório para fins de exoneração da pensão alimentícia	66
6. Alimentos para ex-cônjuge/ex-companheiro. Alimentos transitórios. Fixação por tempo determinado	67
7. Alimentos provisórios devidos até o final da demanda.....	70
Art. 14	72
1. Não aplicação de efeito suspensivo nos recursos de apelação	72
Art. 15	72
1. Coisa julgada e direito de alimentos.....	72
2. Proibição de cláusula impeditiva de pleito revisional	73
3. Exoneração de Alimentos	74
4. A Ação Revisional de Alimentos baseada em constituição de nova família por parte do alimentante	74
Art. 16	75
1. Do novo procedimento para a execução de alimentos. A Reforma do CPC 2015 e suas repercussões no Direito de Família.....	75
2. As regras gerais do CPC- 15 sobre a matéria.....	77
3. A prisão do devedor de alimentos: mudança de paradigmas.....	79
4. Imediatidade da satisfação do débito alimentar.....	81
5. Das prestações de alimentos vencidas durante a prisão do devedor	82
6. Estrutura geral do sistema de cobrança de alimentos	82
7. Modos de processamento da cobrança dos alimentos	83
8. Alimentos Provisórios e Provisionais no CPC-15.....	84
9. Execução dos alimentos provisórios e definitivos.....	87
10. Ações distintas para cobrança de alimentos pelo rito da prisão e da constrição patrimonial.....	87

11. Do protesto da dívida de alimentos	89
12. Das hipóteses de impossibilidade de pagar a pensão alimentícia	91
13. Da execução das quantias já vencidas e das que se vencem no curso do processo.....	91
14. Possibilidade de pedido do cumprimento da sentença no juízo de domicílio do exequente.....	91
15. Da impugnação à execução de alimentos	92
16. Do cumprimento de sentença pelo rito da expropriação	93
17. Do levantamento mensal da importância incontroversa em casos de concessão de efeito suspensivo à impugnação.....	95
18. Da execução de alimentos fundada em título extrajudicial	96
19. Possibilidade de desconto dos valores da execução dos rendimentos ou rendas do executado até o limite de cinquenta por cento das suas rendas líquidas.....	99
20. Prestação de alimentos decorrente de ato ilícito e a constituição de capital suficiente para garantir o pagamento	101
21. Execução de Verbas não alimentares.....	103
22. Execução de Alimentos Provisórios com valor diferente do fixado na sentença	104
23. Tratamento homogêneo das regras de execução para alimentos provisórios e para alimentos definitivos.....	105
24. Direito de Preferência do crédito alimentar.....	106
25. Da utilização de medidas atípicas (Art. 139, IV CPC-15) para a satisfação da obrigação alimentar.....	106
Art. 17	107
1. Prestação de alimentos por meio de outras formas de pagamento.....	107
Art. 18	109
1. Execução de Alimentos conforme regras do CPC. A prisão civil do devedor de alimentos	109
2. Procedimento do CPC - 15 para a matéria	110

3. Modalidade expropriatória deve ser o meio utilizado sempre que a dívida perder a característica alimentar	113
4. Pagamento Parcial dos alimentos judicialmente fixados.....	113
5. Possibilidade de prisão domiciliar para o devedor de alimentos.	114
6. Alimentos decorrentes de ato ilícito e prisão civil do devedor....	115
Art. 19	117
1. Cumprimento da obrigação alimentar: transmissibilidade e prisão civil do devedor de alimentos	117
2. Transmissibilidade da obrigação alimentar	118
3. Transmissibilidade para parentes colaterais	125
4. Complementação dos alimentos pelos avós. Aplicação do princípio da razoabilidade	127
5. Transmissibilidade para o espólio	128
6. Da prisão civil do devedor de alimentos	129
Art. 20	131
1. Obrigatoriedade de prestação de informações	131
Art. 21	132
1. Abandono Material	132
Art. 22	133
1. Crime contra a Administração: Deixar o funcionário de prestar as informações necessárias à Justiça	134
2. Aplicação de pena para aqueles que dificultam o cumprimento da determinação judicial	134
Art. 23	134
1. Prescrição e renúncia de alimentos.....	134
2. Prescrição da dívida de alimentos	135
3. Renúncia ao direito de alimentos.....	136
4. Proibição de cessão entre vivos do direito de alimentos e transmissão da obrigação alimentar.....	139
5. Compensação de alimentos: exceção	140

6. Constituição de nova união e procedimento indigno do credor de alimentos.....	141
Art. 24	141
1. Oferta de alimentos.....	141
2. Ausência do credor à audiência.....	142
Art. 25	142
1. Da possibilidade de prestação não pecuniária.....	142
Art. 26	144
1. Aplicabilidade da ação de alimentos internacionais.....	144
Art. 27	146
1. Aplicação subsidiária do CPC.....	146
Art. 28	146
Art. 29	146
Capítulo II – Lei de Alimentos Gravídicos.....	147
Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008	
Art. 1º	147
1. Dos alimentos gravídicos no direito brasileiro.....	147
2. Lei de Alimentos Gravídicos e a teoria concepcionista do início da personalidade jurídica.....	148
Art. 2º	150
1. Abrangência dos alimentos gravídicos.....	150
Art. 3º	150
Art. 4º	150
Art. 5º	150
Art. 6º	151
1. Fixação dos alimentos gravídicos.....	151
2. Crítica à metodologia adotada pela Lei nº 11.804/08.	

A dificuldade de defesa do “suposto pai” e a utilização de “indícios de paternidade”	153
3. A questão da irrepetibilidade e o bom senso do magistrado quando da aplicação da norma.....	155
4. Manutenção da regra de equilíbrio: possibilidade x necessidade nos alimentos gravídicos	156
Art. 7º	156
1. Procedimento dos alimentos gravídicos	156
Art. 8º	157
Art. 9º	157
Art. 10	157
Art. 11	157
1. Aplicação subsidiária da Lei de Alimentos e do CPC: alimentos provisórios, majoração, redução, exoneração etc	157
Art. 12	157
Capítulo III – Lei de Investigação de Paternidade	173
Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992	
Art. 1º	173
1. Investigação de paternidade e investigação de maternidade	173
2. Aspectos jurídicos do reconhecimento de filhos	174
3. Sistemática de reconhecimento de filhos no Direito brasileiro ...	179
4. Reconhecimento em caso de União Estável.....	183
5. Reconhecimento em caso de Concubinato	183
6. Da possibilidade de reconhecimento de relação avoenga – ou ação de investigação de paternidade “indireta”	184
7. Artigos correlatos de referência geral à matéria.....	186
Art. 2º	186
1. Da averiguação oficiosa da paternidade	187
2. Legitimação extraordinária conferida ao MP	189

3. Registro em nome do avô	190
4. Filhos sem pai conhecido	190
5. Da utilização do exame de DNA para aferição da “verdade” biológica x presunção <i>pater is est</i>	191
6. Aplicação da cláusula de proibição do venire contra factum proprium no reconhecimento de filhos	196
7. Ação Negatória de Paternidade (ou de Maternidade).....	197
8. Adoção à brasileira e investigação de paternidade. Vínculo Socioafetivo	200
9. Preponderância da Paternidade Afetiva em detrimento da Paternidade biológica	206
12. Provimento nº 16/2012 do CNJ sobre a indicação de supostos pais no registro de nascimento, via atividade cartorária.....	207
Art. 2º-A	208
1. Meios moralmente legítimos	208
2. Presunção da paternidade e a necessidade das provas indiciárias.....	208
3. Da presunção juris tantum da paternidade.....	209
4. Crítica à regra do Art. 2º - A	210
5. Recusa de outros parentes (descendentes, irmãos, tios, etc) à realização do exame de DNA	212
6. Ação de Investigação de Paternidade independe de prévio ajuizamento de ação de anulação de registro. Entendimento do STJ	213
Art. 3º	214
1. Impossibilidade de reconhecimento na certidão de casamento...	214
2. Filiação Sanguínea e filiação socioafetiva.....	215
Art. 4º	216
1. Consentimento para reconhecimento de filho maior	216

Art. 5º	217
1. Registro de nascimento como regra geral para prova da filiação	217
Art. 6º	218
1. Prova da filiação	218
2. Possibilidade de expedição de certidões ou autorizações de inteiro teor.....	219
Art. 7º	219
1. Efeitos materiais do reconhecimento.....	219
2. Investigação de Paternidade e danos morais resultantes de abandono moral e afetivo	221
Art. 8º	222
1. Registros realizados anteriormente à Lei de Investigação de Paternidade	222
Art. 9º	222
Art. 10	222
Capítulo IV – I – Lei da União Estável	231
Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994	
1. Breves considerações sobre a União Estável no Direito Brasileiro	231
Art. 1º	234
1. Reconhecimento histórico da união estável.....	234
2. Adaptação das regras de companheirismo ao Novo Código Civil	236
3. A polêmica questão entre Namoro e União Estável	237
Art. 2º	240
1. Regras de divisão de bens hereditários na união estável. Inconstitucionalidade do Art. 1790 do CC/02. Fixação de nova TESE do âmbito do STF em Repercussão Geral.....	240

Art. 3º	249
1. Divisão de bens comuns	249
2. Regime de bens na união estável.....	250
3. União estável e união de fato. A proibição, pelo STJ, das Unões Estáveis Paralelas. Manutenção da “monogamia”	256
Art. 4º	263
Art. 5º	263
Capítulo V – II – Lei da União Estável	265
Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996	
Art. 1º	265
1. Conceito de união estável baseado nos requisitos de convivência pública, durabilidade da relação e objetivo de constituição de família.....	265
2. Proibição de existência de uniões estáveis paralelas	267
3. Utilização de normas do casamento para a União estável, por analogia	268
4. União estável configurada na hipótese de casal que esteja separado de fato ou separado judicialmente	269
5. Homoafetividade e União Estável	271
Art. 2º	275
1. Deveres dos companheiros de união estável em analogia aos direitos dos cônjuges no matrimônio.....	275
Art. 3º	277
Art. 4º	277
Art. 5º	277
1. Do regime de bens da comunhão parcial aplicável às uniões estáveis.....	277
2. Do contrato de convivência na união estável	281

Art. 6º	284
Art. 7º	284
1. Obrigação de alimentos para conviventes de união estável	284
2. Pensão previdenciária para companheiros de união estável. Desnecessidade de designação prévia do companheiro para fins de concessão de benefício.....	285
3. Direito real de habitação para companheiros de união estável....	285
Art. 8º	289
1. Da conversão da união estável em casamento	289
Art. 9º	290
1. Competência da vara de família para tramitar ações que digam respeito à união estável.....	290
Art. 10	291
Art. 11	291
Capítulo VI – Lei da Alienação Parental	297
Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010	
1. Considerações introdutórias sobre a Síndrome da Alienação Parental e suas consequências jurídicas.....	297
Art. 1º	299
1. Natureza da Alienação Parental	299
2. Alienação Parental e o princípio do melhor interesse da criança	300
Art. 2º	301
1. As situações de Alienação Parental listadas em numerus apertus (ou seja, o rol da lei não é exaustivo).....	302
Art. 3º	304
1. Alienação como ato contrário ao direito fundamental de convivência familiar	304

Art. 4º	307
1. Início do processo a requerimento da parte interessada	307
2. Início do processo de ofício pelo magistrado	307
3. Manifestação da alienação parental em qualquer momento processual	308
4. Alienação Parental em ação autônoma ou incidental	308
5. Da tramitação prioritária.....	308
6. Da alienação parental inversa: do impedimento de convivência dos filhos com o genitor idoso.....	308
Art. 5º	309
1. Da necessidade (ou obrigatoriedade?) da perícia realizada por equipe multidisciplinar	310
Art. 6º	311
1. Aplicação de multa na hipótese de Alienação Parental	311
2. Da visita em ambiente terapêutico.....	312
3. Discussão sobre a destituição (ou suspensão) do poder familiar nos casos de alienação parental. Falsas memórias e abuso sexual	313
4. Declaração da alienação parental, advertência ao genitor alienador e ampliação da convivência com o genitor alienado ...	314
5. Acompanhamento biopsicossocial e/ou psicológico	315
6. Determinação de fixação cautelar de domicílio para criança ou adolescente que esteja sendo vítima da alienação parental	315
Art. 7º	315
1. Da alteração da guarda (inversão) e da aplicação da guarda compartilhada	315
Art. 8º	317
1. Alteração de domicílio com objetivo de dificultar o acesso à justiça.....	317

Art. 9º	318
Art. 10	318
Art. 11	318
Capítulo VI – Lei do Bem de Família	319
Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990	
Art. 1º	323
1. Da configuração do Bem de Família legal	323
2. Aplicação extensiva do conceito de Bem de Família para pessoas solteiras, separadas e viúvas	324
3. Da aplicação da Lei do Bem de Família para penhoras anteriores a sua vigência.....	325
4. Ampliação do rol de bens protegidos pela impenhorabilidade....	327
5. Mitigação do requisito da “moradia no imóvel” pela jurisprudência	328
6. Da legitimidade de os integrantes da entidade familiar residentes no imóvel protegido pela Lei n. 8.009/90 possuem para se insurgirem contra a penhora do bem de família	329
7. Da impossibilidade de renúncia ao benefício do Bem de Família	330
8. Da vaga de garagem com matrícula própria.....	331
9. Do momento da arguição da impenhorabilidade do Bem de Família.....	332
Art. 2º	333
Art. 3º	333
1. Das exceções à impenhorabilidade do Bem de Família	334
2. Veículos, Obras de arte e adornos suntuosos	334
3. Da abrangência da impenhorabilidade	335
4. Dos créditos para construção do imóvel sobre o qual recai o Bem de Família.....	337

5. Da penhorabilidade nos casos de crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel	338
6. Pelo credor de pensão alimentícia	338
7. Não aplicação da impenhorabilidade ao bem imóvel que tenha sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens	341
8. Não incidência da impenhorabilidade nas hipóteses de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas de condomínio e contribuições devidas em função do imóvel familiar.....	342
9. Possibilidade de execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.....	343
10. A complexa questão da penhorabilidade do bem de família do fiador em contrato de locação.....	344
Art. 4º	346
1. Da fraude na constituição do Bem de Família Legal.....	347
2. Da anulação da venda ou da transferência da impenhorabilidade	347
3. Da residência familiar em imóvel rural	348
Art. 5º	350
1. Da aplicação da regra da impenhorabilidade na hipótese de haver mais de um imóvel em nome da família.....	350
Art. 6º	352
Art. 7º	352
Art. 8º	352
Referências Bibliográficas	361